



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**6ª VARA CÍVEL**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1001601-83.2018.8.26.0037**  
 Classe – Assunto: **Despejo Por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Inadimplemento**  
 Requerente: **Davi Aragoni Delfino**  
 Requerido: **Carlos Alexandre de Carvalho e outro**

Juiz de Direito: Dr. **João Roberto Casali da Silva**

**Vistos.**

-

**DAVI ARAGONI DELFINO** ajuizou ação (nominada) de **DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO COM PEDIDO LIMINAR cumulada com COBRANÇA DE ALUGUEIS EM ATRASO e ACESSÓRIOS DA LOCAÇÃO** contra **CARLOS ALEXANDRE DE CARVALHO e CLAUDIA FERNANDA PETRUCCELLI LIMA REIS**, alegando, em resumo, que firmaram contrato de locação de imóvel localizado na Av. Itápolis, nº 2489, Carmo, nesta cidade, estando os requeridos a dever-lhe a importância de R\$ 3.501,33 (três mil, quinhentos e um reais e trinta e três centavos), referentes aos aluguéis, multa contratual e encargos de locação. Pleiteia a condenação dos requeridos ao pagamento da importância reclamada, acrescida das parcelas vincendas até a efetiva desocupação do imóvel.

Citados (págs. 46 e 69), os acionados não apresentaram contestação.

**Breve é o relatório.**

**DECIDO.**

Julgo este processo no estado em que se encontra por não haver necessidade de produção de provas (art. 355, II, do Código de Processo Civil).

Trata-se de ação na qual o autor busca a retomada do imóvel e o recebimento de valores referentes ao aluguel, multa contratual e encargos de locação.

O pedido inicial deve ser julgado procedente.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**6ª VARA CÍVEL**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Os acionados, apesar de citados com as advertências legais, não apresentaram defesa, de modo que presumem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados na petição inicial, pela autora, notadamente a existência da mora.

Dispõe o art. 344, do Código de Processo Civil:

*"Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor".*

No caso dos autos, reafirme-se, os requeridos não apresentaram defesa e as alegações iniciais do autor também encontram amparo na prova documental trazida com a petição inicial.

*Em suma*, impõe o reconhecimento da revelia e da procedência do pedido inicial.

Isso posto, **JULGO PROCEDENTE** esta ação movida por **DAVI ARAGONI DELFINO** contra **CARLOS ALEXANDRE DE CARVALHO** e **CLAUDIA FERNANDA PETRUCELLI LIMA REIS**, acolhendo o pedido inicial, declarando rescindido o contrato e finda a locação. Prejudicada a providência material do despejo ante a notícia da desocupação. **Condeno** os acionados a pagar, em benefício da autora, a importância de R\$ 3.501,33 (três mil, quinhentos e um reais e trinta e três centavos), acrescida das parcelas vincendas até a desocupação, com correção monetária e juros moratórios de 1% ao mês, desde o vencimento das parcelas. Sucumbentes, os requeridos responderão pelo reembolso das custas e despesas processuais e pela verba honorária fixada em 10% do valor da condenação. Defiro, desde já, o levantamento da caução. Expeça-se mandado de levantamento.

**P.R.I.**

Araraquara, 22 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**